



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAPECURU MIRIM - CESITA
CURSO DE LETRAS LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA
DE LÍNGUA PORTUGUESA

ANA LÚCIA AZEVEDO FERREIRA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DE
LÍNGUA PORTUGUESA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Itapecuru Mirim
2019

ANA LÚCIA AZEVEDO FERREIRA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DE
LÍNGUA PORTUGUESA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) do Centro de Estudos Superiores de Itapecuru Mirim (CESITA) como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Língua portuguesa e Literatura.

Orientador: Prof. Edjanio de Abreu Mendes

Itapecuru Mirim
2019

Ferreira, Ana Lúcia Azevedo.

Desafios e perspectivas para atuação dos professores de língua portuguesa no processo de alfabetização e letramento dos alunos com transtorno do espectro autista (TEA) / Ana Lúcia Azevedo Ferreira. – Itapecuru-Mirim, 2019.

43 f

Monografia (Graduação) – Curso de Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa, Centro de Estudos Superiores de Itapecuru-Mirim, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Prof. Edjânio de Abreu Mendes.

1.Alfabetização e letramento. 2.Autismo. 3.Educação especial e inclusiva. 4 Metodologia. 5.Recursos. I.Título

CDU: 376-056.36

ANA LÚCIA AZEVEDO FERREIRA

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO DOS PROFESSORES DE
LÍNGUA PORTUGUESA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) do Centro de Estudos Superiores de Itapecuru Mirim (CESITA) como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Língua portuguesa e Literatura.

Orientador: Prof. Edjaniio de Abreu Mendes

Data da aprovação: ____/____/____

Prof.º Edjaniio de Abreu Mendes (orientador)

1º Examinador

2º Examinador

AGRADECIMENTOS

À Deus por minha vida, família e amigos, agradeço tudo que sou, tudo que tenho e tudo que vier a ter.

À Universidade Estadual do Maranhão, pela oportunidade de fazer o curso.

À todos os professores do curso de Letra, pelos ensinamentos, convivência, troca de experiências, pela disponibilidade e contribuição para a elaboração dessa monografia.

À meu orientador, Professor Edjanio por acompanhar-me nesse desafio.

À Professora Lucia Holanda por ter contribuído com valiosas sugestões ao longo desta caminhada, agradeço-lhe sempre.

A todas as professoras da escola Orlando Mota que aceitaram participar desta investigação. Agradeço pela atenção e paciência, pois sem suas colaborações a coleta dos dados seria impossível.

As queridas amigas de turma agradeço os momentos vividos juntos em que foi possível trocarmos tantas experiências, especialmente à Maria do Carmo, Regina, Daiane, Maria de Fátima com as quais convivi esta experiência de aprendizagem, tendo oportunidade de partilhar não apenas horas de estudo, como também as dificuldades do dia a dia, momentos e experiências que ficarão registrados na memória e guardados no coração.

A todos e todas, que direta ou indiretamente fizeram parte desta jornada, o meu muito obrigada.

RESUMO

A presente pesquisa engloba reflexões da importância da atuação dos professores de língua portuguesa no processo de alfabetização e letramento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), presentes na escola Municipal Orlando Mota na cidade de Itapecuru Mirim/MA. E buscou vivenciar na prática a alfabetização e letramento das respectivas crianças, visou também analisar se as metodologias utilizadas pelas professoras facilitam o ensino e aprendizagem desses alunos. A alfabetização e o letramento têm por objetivo proporcionar as pessoas o domínio da língua como instrumento de inserção na sociedade e de luta por direitos fundamentais. Entende-se que não basta incluir, faz-se necessário que o ambiente escolar, os profissionais, docentes estejam aptos para assumir a tarefa de acolher e educar todas as pessoas, inclusive aquelas com necessidades especiais. Como suporte metodológico utilizou-se a abordagem bibliográfica para o desenvolvimento desta investigação seguida de um estudo feito na escola Orlando Mota. Os resultados foram embasados nas observações feitas em sala de aula, além de entrevistas e aplicação de questionário com as educadoras. Todavia percebe-se que na prática as professoras encontram várias dificuldades para alfabetizar os alunos, inclusive os com necessidades especiais tais dificuldades são atribuídas a formação, superlotação das salas e a falta de recursos materiais na escola.

Palavras – chave: Alfabetização e letramento. Autismo. Educação Especial e Inclusiva. Metodologias. Recursos.

ABSTRAC

The present research encompasses reflections on the importance of Portuguese language students in the process of literacy and literacy of students with Autism Spectrum Disorder (TEA) present at the Orlando Mota Municipal School in the city of ItapecuruMirim / MA. And it sought to experience children's literacy and literacy, as it was also used as teaching methodology, facilitating teaching and students. Literacy and literacy are intended to give people the command of the English language as an instrument of reading in the media and in the struggle for fundamental rights. Understanding that it is not enough to involve, it is necessary that the school, professionals, teachers, career assistants, schedules of everyday, people, including special needs. As a methodological support, a bibliographical approach was used to develop a study session at the Orlando Mota school. The results were based on observations made in the classroom, as well as interviews and questionnaire application with educators. However, it can be seen that in practice, as teachers, there is a variety of literacy classes, including the tasks that give them training, overcrowding and lack of material resources in school.

Keywords: Literacy and literacy. Autism Special and Inclusive Education. Methodologies. Resources.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	CONTRIBUIÇÕES DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	11
2.1	Educação Especial e Inclusiva uma breve visão histórica no contexto Brasileiro 13	
2.2	A Educação Inclusiva no Maranhão	16
2.3	Políticas públicas para Educação Inclusiva.....	17
2.4	Autismo o que é?.....	20
2.5	A atuação do professor no processo de Alfabetização e Letramento do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	26
2.6	Metodologias pedagógicas como processo facilitador para a aquisição da leitura e escrita dos alunos com autismo.	29
2.7	Recursos didáticos específicos para alfabetizar crianças com autismo.	31
3	METODOLOGIA	34
3.1	Método de pesquisa	34
3.2	Local da pesquisa.....	34
4	ANÁLISES E DISCUSSÕES DA PESQUISA	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	422
	APÊNDICE	44

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização e o letramento têm por objetivo proporcionar as pessoas o domínio da língua como instrumento de inserção na sociedade e de luta por direitos fundamentais. É possível afirmar que os processos de alfabetização e letramento têm fundamental importância na integração efetiva dos alunos com autismo na sociedade, pois possibilita quebrar as barreiras da síndrome garantindo a comunicação e a expressão social, contribui para que o aluno consiga se familiarizar com a língua escrita e possa apropriar-se da mesma, utilizando-a de modo autônomo e crítico. É necessário que tenhamos um olhar mais amplo em relação à formação das crianças com necessidades especiais. Entende-se que não basta incluir, faz-se necessário que o ambiente escolar, os profissionais, docentes estejam aptos para assumir a tarefa de acolher e educar todas as pessoas, inclusive aquelas com necessidades especiais.

É com base nessas questões que a presente pesquisa engloba reflexões da importância da atuação dos professores de língua portuguesa no processo de alfabetização e letramento das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), presentes na escola Municipal Orlando Mota na cidade de Itapecuru Mirim/MA. E se propõe a indagar que práticas e metodologias são aplicadas para o processo de alfabetização e letramento das respectivas crianças.

O objetivo central nessa pesquisa foi analisar na prática se as metodologias pedagógicas utilizadas pelas professoras facilitam no processo de alfabetização e letramento dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). De forma específica propomos indagar a formação, conhecimento e a atuação dos professores alfabetizadores da rede pública municipal Orlando Mota em Itapecuru Mirim/MA. Identificar como os professores alfabetizadores estimulam seus alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a desenvolver suas potencialidades na leitura e escrita na escola da rede pública municipal Orlando Mota.

Vislumbra-se com a presente pesquisa, contribuir com informações que possam orientar educadores de alunos com Autismo e outros profissionais da educação, a trabalhar as potencialidades desses alunos, bem como cooperar na produção de conhecimentos de modo a servir de referência para outras pesquisas, assim como conhecer as dificuldades e os desafios enfrentados pelos professores diante das inovações educacionais.

Faz-se necessário esta pesquisa, pois traz consigo contribuições que possam orientar professores nos seus trabalhos a ser realizados com alunos com necessidades especiais, assim como será possível vivenciar e conhecer a realidade do desenvolvimento de alunos com autismo e sua alfabetização na prática.

A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho foi com base nos objetivos propostos. Quanto à abordagem, a presente pesquisa será de cunho qualitativo, por considerar que ela se preocupa, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Considera-se também, para efeito de suporte metodológico, a abordagem bibliográfica para o desenvolvimento desta investigação seguida de um estudo feito na escola Orlando Mota.

Pontua-se que às técnicas de coleta de dados utilizados para esta pesquisa foram com base na observação, e entrevistas realizadas por meio da aplicação de questionários, percebe-se que são as técnicas mais utilizadas em estudos que seguem um modelo interpretativo, em particular, a observação e a entrevista permitem uma proximidade contínua de estudo. O local de realização da pesquisa será a escola Orlando Mota na cidade de Itapecuru /Mirim.

Destarte, essa monografia divide-se em três seções: a primeira ocupa-se das Contribuições da Alfabetização e letramento para o ensino e aprendizagem dos alunos com autismo e está dividida em sete subseções: na qual a primeira aborda-se sobre a Educação Especial e Inclusiva uma visão histórica no contexto Brasileiro”, a segunda traz reflexões sobre a Educação inclusiva no Maranhão, a terceira apresenta uma breve revisão das “Políticas Públicas para a Educação Inclusiva, na quarta discute sobre o “ Autismo”, na qual apresenta-se a definição, características e diagnósticos, na quinta propõe-se um estudo sobre a atuação do professor, na sexta discorre sobre Metodologias pedagógicas como processo facilitador para a aquisição da leitura e escrita dos alunos com autismo, na sétima expõe-se sobre os Recursos didáticos específicos para alfabetizar crianças com autismo; na segunda seção explana-se sobre a Metodologia utilizada na pesquisa, na terceira seção apresenta-se as análises e discussões da pesquisa, e por fim as considerações finais.

2 CONTRIBUIÇÕES DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Esta seção se propõe a discutir as contribuições da alfabetização e letramento para o ensino e aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, nessa discussão abordaremos concepções de autores, no sentido de compreendermos a importância desses processos para o desenvolvimento do aluno com autismo e sua inserção na sociedade.

O processo de alfabetização e letramento é de extrema importância, por meio destes as pessoas consegue sua inserção e interação na sociedade, nessa fase é preciso oferecer a criança possibilidades para que o aprendizado seja significativo. É preciso que a escola proporcione ambientes favoráveis que estimule e desperte a imaginação dessa criança. Cada aluno precisa de uma atenção diferenciada em seu processo de aprendizagem, pois assim podemos identificar sua evolução ou algumas dificuldades presentes. O desafio da alfabetização exige que os professores estejam preparados para lidar com os alunos inclusive os com necessidades especiais.

Segundo os teóricos alfabetização e letramento trabalham em conjunto, pois um depende exclusivamente do outro, essas duas ações são distintas, mas inseparáveis, não se pode alfabetizar sem letrar, o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja, ensinar a ler e escrever de modo que a criança se torne ao mesmo tempo, alfabetizada e letrada. A aquisição das habilidades de ler e escrever depende basicamente da relação que a criança tem desde pequena com a cultura escrita. Sobre essa discussão Soares (2010), explica o seguinte.

Letrar é mais do que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno, nesse processo não basta apenas juntar letras para formar palavras e reunir palavras para compor frases, deve-se compreender o que se lê, assimilar diferentes tipos de textos e estabelecer relações entre eles. (SOARES, 2010, p.21)

Assim, por meio do letramento e em um contexto onde a escrita tenha sentido o aluno torna-se capaz de compreender diversas situações de sua realidade tornando-se crítico e reflexivo, como também é capaz de modificá-las.

Para que a leitura e escrita tenham sentido para os alunos com autismo, é fundamental que os professores busquem recursos que motive essas crianças para que a prática não se prenda em rotinas repetitivas. Utilizar as metodologias e recursos necessários poderá desenvolver nos alunos um conjunto de habilidades e comportamentos de leitura e escrita que lhes permitam fazer uso, de forma mais eficiente. Quando a alfabetização se torna efetiva as mudanças acontecem em vários aspectos principalmente o aspecto social em decorrência de práticas de leitura e escrita significativas.

Em discussão ao letramento Kleiman (2008) corrobora dizendo o seguinte:

As práticas de letramento, [...], “são social e culturalmente determinadas, e, como tal, os significados específicos que a escrita assume para um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida.” Desse modo, o sujeito será influenciado pelo meio social em que está inserido, resultando na sua formação de suas competências leitura, escrita e oralidade. (KLEIMAN, 2008, p. 21).

Assim, o letramento se inicia no meio familiar tendo em vista que o aluno quando previamente letrado em casa de forma natural, tem maior facilidade de se adaptar ao letramento executado na escola, que se assemelha a alfabetização. Observa-se que alunos com autismo podem aprender até mesmo sem nunca ter freqüentado uma sala de aula, e quando estimulado os resultados poderão ser significativos, o letramento pode ser compreendido como prática em que o aluno irá adquirir valores que serão transparecidos na sua identidade como leitores e escritores. No contexto escolar, o letramento e a alfabetização são duas abordagens de ensino diferentes, porém com várias características em comum. Conhecer sobre o processo de alfabetização e letramento torna-se essencial para a atuação do professor proporcionar um ambiente em que os alunos com autismo se sintam acolhidos desde o processo de escolarização e possibilita o aluno entender a função social da escrita.

Dando continuidade sobre a discussão do processo de alfabetização e letramento Soares (2004 apud Rojo 2009) contribui dizendo o seguinte:

Na verdade, um conceito que disputa espaço com o conceito de letramento(s). Se tomarmos a alfabetização como a ação de alfabetizar, de ensinar a ler e a escrever, que leva o aprendiz a conhecer o alfabeto, a mecânica da escrita/leitura, a se tornar alfabetizado, alfabetismo pode ser definido como o estado ou condição de quem sabe ler e escrever. (SOARES, 2004, apud ROJO, 2009, p. 44).

Sem dúvida a preparação dos profissionais para o trabalho com os alunos com autismo é de suma importância o professor precisa estar atento e atualizado, precisa ter uma formação mais ampla para fazer valer todas as possibilidades de contato e isso acontece mais quando se trabalha o universo de interesses da criança. Poderá ser um desafio até porque a alfabetização está longe de ser um processo simples, mas é preciso, sobretudo, estabelecer metas, eleger estratégias e acreditar que os alunos com autismo são capazes de aprender.

2.1 Educação Especial e Inclusiva uma breve visão histórica no contexto Brasileiro

O acesso das pessoas com necessidades especiais a educação foi conquistado de forma muito lenta no Brasil, por um longo tempo as pessoas com necessidades especiais foram esquecidas, excluídas e vítimas de preconceitos sem apoio para tratamento e, não tinham direitos a educação, o atendimento a estas pessoas, iniciou-se na época do Império de D. Pedro II, após um longo tempo de exclusão e abandono. A educação especial no Brasil, ou seja, a inclusão da educação de deficientes na política educacional brasileira veio a ocorrer somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX. Sobre esse assunto, Mazzota (2011) diz o seguinte.

Foi precisamente em 12 de setembro de 1854, que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. A criação dos primeiros institutos especializados, para atender os deficientes, teve início com o Instituto Imperial dos Meninos Cegos, cuja fundação deveu-se a um cego brasileiro José Álvares de Azevedo, que estudará no instituto de jovens cegos de Paris, [...] (2011, s/nº p.)

Assim, os atendimentos as pessoas com necessidades especiais se tornaram efetivo a partir da criação do Instituto dos Meninos Cegos que continua sendo referência em todo o Brasil. A criação dos Institutos foi de extrema importância para o atendimento às pessoas com necessidades especiais no Brasil a exemplo do Instituto Benjamin Constante, fundado em 1942 que atendia os deficientes visuais, o Instituto Santa Teresinha fundado em 15 de abril de 1929, na cidade de Campinas para os mesmos atendimentos.

Em meados do século XX inicia-se uma política para a Educação Especial de atendimento as pessoas com deficiências, nesse período foram criadas as Santas Casas de Misericórdia de São Paulo especializado em atender deficientes físicos não sensoriais. Com propósitos educacionais foram iniciados os atendimentos em São Paulo na Santa Casa de Misericórdia.

Outros centros de atendimentos foram criados como Lar escola São Francisco, fundado em 1º de junho de 1943, a Associação de Assistência á Crianças com deficiência – AACD foi fundado em 14 de setembro de 1950, mantedora de um dos mais importantes Centros de Reabilitação do Brasil.

Para as ações de atendimento a Deficientes Mentais foram criados os Instituto Pestalozzi de Canoa em 1926 por um casal de professores, o Instituto Pestalozzi Introduziu no Brasil a concepção da “ortopedagogia das escolas auxiliares” européias. A Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais tornou-se uma realidade no Estado de Minas Gerais graças ao trabalho incessante e relevante da Professora Helena Antipoff. A Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro foi fundada em 1948, assentada nas bases psico- pedagógicas propostas por Helena Antipoff.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Rio de Janeiro foi fundada em 11 de dezembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro. O período de 1957 a 1993 o atendimento educacional aos excepcionais foi explicitamente assumido, a nível nacional, pelo governo federal, com a criação de Campanhas especificamente voltadas para este fim.

A Educação Inclusiva ganhou força no ano de 1994, com a Declaração de Salamanca sobre as Necessidades Educativas Especiais, da qual foram signatários vários países, incluindo o Brasil. Esta declaração constitui um grande marco na batalha mundial para a inclusão de pessoas com necessidades especiais. No Brasil a Educação Inclusiva deu-se a partir da aprovação da Constituição em 1988 e da LDB em 1996.

Vejamos a importância da educação inclusiva nas palavras de Mendes (2010):

A educação inclusiva tem fundamental importância para o desenvolvimento e manutenção de um estado democrático, visto que as relações estabelecidas na escola se estendem para a sociedade e vice-versa, em que uma contribui com a outra no sentido de impulsionar e trabalhar para a construção de uma sociedade inclusiva. (MENDES, 2010 pg.11)

Dessa forma, a educação inclusiva se faz imprescindível para a construção de uma sociedade democrática em que a escola se faça participativa desse processo contribuindo de forma significativa, é importante que a escola tenha recursos e estratégias de apoio sempre à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento e professores com formação em educação especial tanto no nível médio como no superior.

Outro aspecto a ser abordado é que a Educação Especial é ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino, portanto as escolas devem estar adaptadas para receber estes alunos em suas salas de aulas. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Por um longo tempo as pessoas com necessidades especiais foram esquecidas, excluídas e vítimas de preconceitos sem apoio para tratamento e não tinham direito, depois de muitas lutas conquistaram a garantia de direitos que devem ser respeitados e garantidos, dentre eles, o direito à educação. O acesso é garantido por meio de leis, porém, não é efetiva.

O reconhecimento e efetivação dos direitos conquistados deverão ser assegurados aos alunos com necessidades especiais, e isso propõe ambientes e recursos pedagógicos acessíveis assim como, professores com uma formação acadêmica voltada para atender alunos com necessidades especiais.

A Educação Especial no Brasil foi constituída de esforços incessante de pais, grupos e movimentos organizados que representam um papel fundamental na institucionalização do atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Destacando-se de início a Lei n.4.024/61 da LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação) reafirmando o direito dos excepcionais à educação, fala no seu artigo 88, que para integrá-los na comunidade, “sua educação deverá, enquadrar-se sempre que possível, no sistema geral de educação”. (MAZZOTTA, 2011, p. 72)

Os atendimentos as pessoas com necessidades especiais nos dias atuais continuam sendo um descaso em função de uma educação sem estrutura, que não consegue alcançar os objetivos propostos e uma política educacional que precisa de um olhar diferencial para as classes menos favorecidas. Desde a Declaração de

Salamanca produzida em 1994 na Espanha e pela UNESCO na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais aos dias atuais percebe-se que ainda há muito a fazer para que a educação especial se torne efetiva.

2.2 A Educação Inclusiva no Maranhão

Para compor dados sobre o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino no Estado do Maranhão, faz-se necessário uma análise histórica crítica das ações pertinentes que embasaram movimentos permeados de lutas e conquistas em prol da educação inclusiva. Dado aos baixos índices de desenvolvimento humano decorrente do alto grau de pobreza da população maranhense, as primeiras ações favoráveis a inclusão das pessoas com deficiência, foram implantadas apenas na capital, denominada de São Luís.

Vale ressaltar que as primeiras iniciativas em prol da inclusão no Maranhão, não foram oriundas do sistema público, mas das instituições privadas. A implantação da educação especial no Maranhão foi oficializada em 1960, com o projeto Plêiade e a Escola de Cegos do Maranhão (ESCEMA) cuja finalidade era promover a educação de crianças, adolescentes e adultos excepcionais assim como o aperfeiçoamento e treinamento de pessoal para o campo de ensino especial. Segundo Maranhão (1969) o setor de deficientes visuais visava Oferecer aos Deficientes Visuais condições de se desenvolverem integralmente, dentro de sua limitação, na sociedade, na família e na comunidade. Anos depois ocorreu o desligamento da Escola de cegos, sobre tal desligamento, se deu devido a problemas quanto à redução do número de alunos e na própria execução do trabalho.

O Projeto previa recebimento de recursos da Campanha Nacional de Educação de Cegos. Nacionalmente, as iniciativas oficiais eram as campanhas do final da década de 50. Em 1971 foi criado o Grupo Tarefa no Ministério da Educação e Cultura que resultaria na fundação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973. Essa área foi considerada prioritária no Plano Setorial de Educação e Cultura 1972/74. Em parceria com o governo federal no Maranhão temos alguns centros especializados de atendimento a pessoas com deficiência os quais são: Centro de Ensino de Apoio às Pessoas com Surdez “Maria da Glória Costa Arcangeli” (CAS/MA); Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual do

Maranhão “Prof^a. Ana Maria Patello Saldanha’ (CAP/MA); Núcleo de Atividades para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação “Joãozinho Trinta”; Centro de Ensino Especial “Helena Antipoff ”; e Centro de Ensino Especial “Pe João Mohana”. Essas instituições realizam trabalho de suporte ao público-alvo da Educação Especial com atividades de formação, avaliação diagnóstica, acompanhamento técnico-pedagógico, apoio didático-pedagógico, intérpretes e instrutores de Libras, além de oficinas pedagógicas e orientação e encaminhamento profissional.

Sobre a educação inclusiva autores como Sanches (2011) explicita que:

Uma caminhada com avanços e recuos, com obstáculos a vencer, e não algo acabado, o ‘farol’ da participação ativa de todos, descobrindo e ativando o potencial de cada um, na construção da comunidade que é de todos e de cada um. É olhar fundo para cada pessoa, apostando na essência do ser e não nas deficiências. (SANCHES, 2011, p.137)

A Educação Especial maranhense tem acompanhado o movimento de expansão da inclusão, em uma caminhada que há muito que se fazer para que de fato a educação inclusiva se torne efetiva. Todavia, na Educação Especial brasileira, há vários desafios a serem enfrentados, dentre eles, o acesso e a melhoria da qualidade do ensino, que se expressará na continuidade da escolarização até a conclusão da Educação Básica ou da Educação Superior ou até mesmo na inserção no mundo do trabalho, o investimento em formação continuada para os professores etc.

2.3 Políticas públicas para Educação Inclusiva

Compreender as políticas públicas para educação inclusiva faz-se necessário entender que inclusão social abrange diversos contextos, implica desafios para que de fato a educação inclusiva se torne efetiva. A constituição de 1988 trouxe avanço nesse sentido, no entanto a lei por si só não basta, é necessário que a concepção de educação especial e o conceito de inclusão escolar se ampliem.

A educação especial e a inclusão escolar, como direito oficializado na Constituição Federal de 1988, são inquestionáveis, no entanto esses direitos ainda estão distantes de serem alcançados efetivamente, pois devido a um conjunto de fatores que apresentam um quadro de grande exclusão social e econômica no país.

Certamente que o Brasil não avançou nas políticas públicas, estando assim longe de romper com as desigualdades sociais, econômicas, culturais, étnicas

e religiosas. Não adianta termos direitos e não os colocar em prática, não os efetivar, é preciso incentivar o atendimento educacional especializado, pois a inclusão vai muito além da matrícula, é necessário garantir o acesso a aprendizagem, apoios e recursos as escolas, dado que, estas ainda precisam avançar muito, são poucas as que possuem a sala de recursos multifuncionais.

Após a constituição de 1988, algumas leis foram criadas para reforçar e garantir melhores qualidades de acesso as pessoas com deficiência em todos os âmbitos sociais como a lei 7.853, de 1987, a lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com a Lei n.12.796, o art. 58 da LDB foi alterado e passou a ser descrito da seguinte maneira: Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. (BRASIL, 2013).

Sobre as políticas públicas Sousa (2011) corrobora dizendo o seguinte:

As estratégias políticas para promoção das reformas passam pelo discurso do alcance das metas de qualidade, considerando que as discussões no âmbito da educação inclusiva, as características de participação e de democratização de todos apontam para a necessidade de investimento mais intenso na qualidade do ensino, oferecido pelos sistemas federal, estadual e municipal. (SOUSA, 2011 s/nº de p.)

Após a Declaração de Salamanca (1994), o Brasil vem implantando Políticas Sociais para Inclusão dos alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, com o objetivo de democratizar a Educação, garantindo assim, uma ampliação de oportunidades para uma parcela da população. Outro ponto a ser considerado, é o capítulo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.9394/96), que trata sobre o atendimento aos alunos com qualquer tipo de deficiência.

Em 2001 com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial que a lei estabelece, pela primeira vez, criou-se parâmetros para a organização dos serviços de educação especial numa perspectiva inclusiva em todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica. Em 2002 a Língua Brasileira de Sinais Libras é reconhecida como o meio legal de comunicação, de forma que faça parte do currículo na formação de professores. Neste mesmo ano foi aprovado o uso do sistema Braille.

Um ano depois, em 2003, no primeiro ano do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em consonância com o Ensino de Educação para Todos e os pressupostos filosóficos e políticos estabelecidos na “Conferência de Salamanca”, foi lançado o Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade pelo MEC, por meio da SEESP, em âmbito nacional, envolvendo a participação dos municípios e estados na sua implementação em regime de colaboração intergovernamental.

Em 2004 o Ministério das Cidades cria o Programa Brasil Acessível, com várias ações inclusivas. O atendimento a estudantes especiais superdotados ganham força em 2005 quando são implantados os diversos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades. O Plano de Desenvolvimento da Educação PDE, lançado em 2007, coloca na formação de professores disciplinas voltadas para a educação especial e estabelece que as escolas tenham salas com recursos multifuncionais e acessibilidade universal.

Em 27 de dezembro de 2012 os autistas são beneficiados com ações exclusivas quando é lançada a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista com a mobilização dos familiares foi sancionada a Lei nº 12.764, que “Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista” (BRASIL, 2012).

Para Batalha (2009) a proposta governamental em relação às políticas públicas inclusivas parecia, num primeiro momento, bem condizentes com as necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência. Entretanto, a inclusão tem encontrado desafios para se efetivar.

De fato, são muitos os desafios a serem vencidos, mesmo com as políticas, planos, ações e programas desenvolvidos nos últimos anos e voltados para a educação inclusiva, os desafios ainda persistem. É preciso ampliar os investimentos públicos nesta área, ampliar o acesso dos alunos com necessidades especiais às escolas, investir em formação de profissionais capacitados e promoção dos recursos necessários para as instituições educacionais. O atendimento que as escolas disponibilizam para os alunos com deficiência mostra-se ainda bastante frágil, entende-se que não basta ao estado garantir somente o acesso à escola regular, como também cabe a ele prover as condições necessárias para a permanência e aprendizado de todos os alunos. Sobre essa discussão Mantoan (2006) diz o seguinte:

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações nem espaços segregados de educação. (MANTOAN, 2006, p. 23).

A criação da Lei Brasileira de Inclusão LEI 13.146/2015 veio consolidar todos os marcos legais já existentes nas outras leis: Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Vejamos explicação de Barreta e Canan (2012).

É perceptível que a importância dos debates referentes à inclusão de pessoas com necessidades especiais acaba nos levando para uma maior reflexão sobre o potencial transformador das políticas educacionais inclusivas dentro das instituições escolares, em que “a implementação das políticas públicas de educação inclusiva no âmbito educacional é relevante, pois contribui efetivamente com uma educação que fará a diferença” (BARRETA; CANAN, 2012, p.6)

Certamente a declaração de Salamanca orienta os sistemas de ensino quanto à inclusão de alunos com necessidades especiais, mas percebe-se que as políticas públicas criadas para o sistema educacional de inclusão demonstram dificuldades e ainda há muito que se fazer para que de fato ocorra uma educação inclusiva efetiva de alunos com necessidades especiais.

2.4 Autismo o que é?

Na revisão de literatura encontramos diversas concepções acerca do autismo, mas ainda há muito que se pesquisar sobre as causas e a cura do autismo. Com os avanços da ciência têm-se conquistados muitos conhecimentos referentes ao autismo e sobre tratamentos eficazes. No que se refere o conhecimento sobre a síndrome do autismo Silva (2012) diz o seguinte:

O conhecimento atual sobre autismo vem de esforços de pesquisadores comprometidos e pais que dedicam suas vidas por seus filhos. No Brasil, os cuidados mais efetivos têm sido principalmente, à coragem de algumas famílias de desbravarem fronteiras na luta incessantemente, para buscar diagnóstico e tratamento adequados e, sobretudo, para exigir respeito, e quebrar preconceitos. (SILVA, 2012, p.13)

O autismo é um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos 3 anos de idade e se prolonga por toda a vida, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 70 milhões de pessoas no mundo são acometidas pelo transtorno.

Silva (2012, p.77), define que "autismo" deriva do grego "autos", que significa "voltar-se para si mesmo". A primeira pessoa a utilizar esse termo foi o psiquiatra austríaco Eugen Bleuler, em 1911, para descrever uma das características de pessoas com esquizofrenia, se referindo ao isolamento social dos indivíduos acometidos por esse transtorno. Várias teorias foram publicadas sobre autismo como a do psiquiatra infantil austríaco Leo Kanner em 1943, que publicou um estudo no qual observou 11 crianças que apresentavam isolamento extremo.

Em 1944, o pesquisador austríaco Hans Asperger publicou em sua tese de doutorado, a psicopatologia autista da infância, um estudo onde o autor observou mais de 400 crianças, avaliando seus padrões de comportamento e habilidades, que depois ficou denominado como síndrome de Asperger, já na década de 1960, com a psiquiatra inglesa Lorna Wing, cuja filha era portadora de autismo, passa a publicar textos de grande importância para o estudo deste assunto, Lorna Wing foi a primeira pessoa a descrever, as alterações na sociabilidade, comunicação e linguagem e padrão alterado de comportamentos autísticos.

Durante essas publicações o autismo era visto de diferentes enfoques sendo considerado como esquizofrenia, somente na década de 80, o autismo recebeu um reconhecimento mais específico, que proporcionou um maior número de estudos científicos, recebendo a denominação correta, com critérios específicos. A partir de novas concepções e o avanço da ciência, o autismo passou a ser tratado como uma síndrome. Em 1993 e 1994, houve uma melhor definição e sistematização do autismo, em dezembro de 2007, a ONU decretou o dia 2 de abril como dia mundial de Conscientização do Autismo (World Autism Awareness Day — WAAD), celebrado pela primeira vez em 2008, o Dia Mundial de Conscientização do Autismo tem conseguido cada vez mais adeptos.

Sobre essa conquista Silva, corrobora dizendo:

No Brasil a primeira organização brasileira foi a Associação de Amigos do Autista (AMA), em São Paulo, oficialmente fundada em 8 de agosto de 1983, por um grupo de pais, a maioria com filhos portadores de autismo. Esses pais tinham como objetivo acolher, informar e capacitar famílias e profissionais, com um papel social de pesquisa e de ajuda a todas as famílias com autismo, até então no Brasil, não havia uma organização para este fim. (SILVA, 2012 p.79)

Dessa forma os conhecimentos especializados sobre o autismo vieram para o Brasil por meio dos esforços de três mães fundadoras da AMA que foram em busca das instituições da Europa e dos Estados Unidos para visitar locais de tratamento e trazer para o Brasil mais metodologia especializada, a AMA é uma referência para muitos brasileiros com o transtorno e suas famílias, atualmente temos várias instituições por todo o Brasil que são reunidas pela Associação Brasileira de Autismo (ABRA). As características perceptíveis em crianças com autismo estão relacionadas às três áreas específicas que são: a socialização, a linguagem, comunicação e o comportamento. Segundo Silva (2012, p.20)

O autismo pode ser percebido nos primeiros anos de vida da criança. Uma das estratégias é a observação da pessoa responsável no processo de desenvolvimento da criança, uma vez que “a criança autista apresenta os primeiros sintomas antes dos três anos de idade.”

O desenvolvimento cognitivo e social é afetado por falta de interação com o mundo que os cerca, os autistas são mais tímidos e tendem a ficar afastados dos grupos. Nota-se que eles apresentam certa dificuldade de se relacionar com outros da mesma idade, não gostam de contato físico, mesmo dependendo do grau, leve ou mais grave, têm grande dificuldade de comunicação e certa timidez ao se aproximar.

A criança com autismo tem dificuldade na interação social e algumas não conseguem compartilhar momentos, para elas é difícil estabelecer relacionamentos com os outros alunos, e no processo de ensino e aprendizagem o aluno irá precisar de muita ajuda do professor que precisa ter o conhecimento e saber identificar essas características.

É fundamental que o aluno receba o máximo de dicas possíveis para realizaras tarefas de aprendizagem, um ambiente bem estruturado é importante para que ele possa se sentir acolhido, valorizado e mais integrado com os alunos da turma esse processo é interessante para todos e ajuda muito o aluno com autismo.

A dificuldade na linguagem muitas vezes leva o aluno a desfocar dos assuntos teóricos e não acatar as orientações do professor que deve colocar-se á

altura do aluno para estabelecer contato visual e assim fazer com que ele se volte as orientações, é importante que o professor perceba os reais interesses do aluno com autismo e busque preparar materiais e atividades com os temas de interesse dele. Dessa forma, proporcionará com que o aluno se sinta mais estimulado em aprender, além de melhorar o vínculo entre aluno e professor, é importante buscar o maior número possível de estímulos concretos. As crianças com autismo apresentam grande variação no desenvolvimento da linguagem; algumas têm poucas habilidades na fala e quase não conseguem se comunicar, outras falam com elaboração, mas podem ter dificuldade de compreensão.

Assim, é de fundamental importância para os professores trabalhar diversas atividades atrativas como as figuras e outras atividades, e os alunos que têm boa comunicação, o professor deve ensiná-las a utilizar a linguagem para aquisição de outras habilidades, principalmente relacionadas à socialização. Algumas delas são brilhantes e se expressam muitíssimo bem, mas são pouco habilidosas em iniciar ou manter uma conversa com os demais. Nesses casos, o professor pode criar atividades nas quais a troca de idéias e o diálogo sejam necessários para sua execução, o professor deve ainda estimular ações com variados assuntos atrativos, pois o aluno com autismo tem interesses muito restritos, fator limitador em suas relações interpessoais.

Comportamentos Disfuncionais o aluno com autismo poderá apresentar movimentos estereotipados e repetitivos em sala de aula, como por exemplo, balançar o corpo ou bater palmas, o apego à rotina é algo muito característico das crianças com autismo, os professores podem perceber que uma pequena mudança ou inversão de horários pode desestruturar o aluno e até desencadear momentos de agitação, um ambiente bem estruturado e organizado traz mais tranquilidade aos alunos e mais confiança ao professor.

Hipersensibilidade as crianças com autismo apresentam maior sensibilidade de sentidos e relatam com grande frequência que o toque físico e o barulho podem parecer aversivos. Geralmente as pessoas com autismo, apresentam dificuldades no perceber, sentir e expressar sentimentos não é muito fácil para essas pessoas interpretar expressões faciais, gestos ou comportamentos que remetem a sentimentos claros, as pessoas com autismo são totalmente do bem e jamais manipulariam os outros.

As pessoas com autismo possuem potencialidades extraordinárias é certo que não podemos afirmar, mas, grandes personalidades do passado apresentavam características semelhantes ao do espectro autista, tais como Leonardo da Vinci, Isaac Newton e Albert Einstein, o brilhante investigador britânico Sherlock Holmes também poderia ser um savant do espectro autista. Ele ficou famoso pela sua dedicação obsessiva em desvendar crimes e mistérios, com métodos científicos e lógicos dedutiva, aliada a uma dose generosa de isolamento social.

Durante muito tempo várias pesquisas buscaram responder sobre o funcionamento autístico, com o avanço da ciência várias teorias foram desmistificadas, as quais traziam consigo afirmações inadequadas sobre as causas do autismo.

Após décadas de estudo as pesquisas apontam, que o autismo tem como causa as alterações genéticas. Algumas hipóteses foram criadas a de que crianças com predisposição genética ao autismo também estão sujeitas a fatores ambientais, que podem deflagrar o surgimento do problema. Dentre eles, estão o uso de medicamentos durante a gestação como intoxicações alimentares, bebidas alcoólicas, e o uso de substâncias abortivas. Até agora, todos esses fatores externos não têm comprovação científica estabelecida, portanto, a genética ainda é a causa mais provável do funcionamento mental autístico.

É importante ressaltar que não sabemos ao certo se os fatores ambientais interferem ou não no surgimento do autismo, o importante é que as mães devem ser orientadas de que um pré-natal adequado e orientado por uma equipe medica é de fundamental importância para a saúde de seu filho.

Atualmente as pesquisas têm avançado em várias áreas em busca de respostas para a causa do autismo, como a da neurociência área que estuda o cérebro e suas estruturas, os avanços também tem ocorrido nos exames com imagens que mostram o cérebro por dentro, esses avanços são projetados para que se possa obter um diagnóstico sobre o autismo, mas mesmo com todos esses avanços ainda não é possível fazer um diagnóstico através de uma avaliação genética, sabe-se que o diagnóstico do autismo é basicamente clinico, por meio do histórico do paciente e observação do seu comportamento.

O conhecimento dos critérios é o principal instrumento para se diagnosticar o autismo, a observação da criança, as informações dos pais, professores, e as pessoas que convivem com ela são de fundamental importância.

Para considerar o diagnóstico do (TEA) é necessário o comprometimento de três áreas de funcionamento cerebral: Interação Social, Comunicação, Comportamentos repetitivos e com interesses restritos. Dessa forma, no que se refere a interação social, essa característica pode ser confundida com transtorno do déficit de atenção /hiperatividade. A diferença é que esse comportamento ocorre no autismo em função da criança centrar-se exclusivamente nos seus interesses pessoais. Quanto a comunicação o uso é limitado de comunicação não verbal, contato visual, expressões faciais, gestos linguagem corporal, é comum a criança não responder ao ser chamado pelo nome. Quando o professor compreende essa característica é importante verificar se os conteúdos solicitados em sala de aula foram aprendidos de fato pelo aluno, visto que o aluno pode entender que o assunto não era dirigido a ele.

Dentre os comportamentos não verbais de comunicação destacam-se a incapacidade para compartilhar a atenção com outrem, não acompanhar com o olhar. Os comportamentos repetitivos/estereotipados, a dificuldade de inibir o aprendizado básico, de compactar a memorização faz da repetição um eterno recomeço. O autismo está inserido em um grupo de diagnóstico denominado transtornos globais do desenvolvimento, estes grupos caracterizam-se por dificuldade de socialização, comunicação e relação pessoal, e dividem-se em cinco categorias: Transtorno do autismo, síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno desintegrativo da Infância, Transtorno Global do Desenvolvimento sem outras especificações.

O espectro autismo pertence a categoria transtorno do autismo, a síndrome de Asperger é um transtorno global do desenvolvimento sem outras especificações, esta síndrome possui várias características do autismo, mas não apresenta atraso no desenvolvimento da linguagem muitas vezes ela é confundida com o autismo de alto desempenho que apresenta atraso na fala.

A síndrome de Rett não pertence ao espectro autismo, esta síndrome acomete principalmente em meninas e possui causa genética identificada, sua evolução acontece em fases e apresenta entre 6 e 18 meses de vida, a primeira fase é a de estagnação, depois a fase de desaceleração no crescimento do crânio, diminuição da interação social, isolamento, regressão psicomotora, irritabilidade, ocorre a perda da fala e dos movimentos das mãos, as crianças com síndrome de Rett apresentam muitas dificuldades motoras. O transtorno desintegrado da infância é o mais raro a causa é desconhecida apresenta perda das habilidades sociais e

comunicativas. Para os pais ouvir a palavra autismo não é nada fácil, pode significar um período de negação e podem até entrar em depressão, outras podem ficar mais forte do que antes, e algumas não aceitam o diagnóstico, é importante ressaltar que o tratamento é demorado e pode durar por toda vida.

2.5 A atuação do professor no processo de Alfabetização e Letramento do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Buscar respostas para as questões relacionada à práticas pedagógicas e a atuação de professores tem sido uma constante meta acadêmica, e quando o assunto é alfabetização e letramento de alunos com necessidades especiais, para os professores é um grande desafio, visto que cabe a eles criarem novas propostas de ensino e atuar com um olhar diferente em sala de aula, visualizando as potencialidades e não as deficiências, sendo um agente facilitador do ensino e aprendizagem.

A educação especial é extremamente importante no currículo de um professor já que ele terá experiências com diversos alunos em sala de aula, até mesmo alunos com necessidades especiais como os autistas, por isso é preciso conhecer este aluno, e o mais importante, o professor deve conhecer métodos que facilitem a alfabetização e letramento.

Para uma melhor compreensão sobre os processos de alfabetização e letramento faz-se a distinção entre alfabetização e letramento, uma vez que são processos geradores de dúvidas e questionamentos.

Sobre estes processos, Soares (2013) afirma que:

A definição de Alfabetização em seu sentido próprio específico é o processo de aquisição do código escrito, é um conjunto de habilidades o que caracteriza como um fenômeno de natureza complexa, multifacetado. O letramento compreende tanto a apropriação das técnicas para a alfabetização quanto esse aspecto de convívio e hábito de utilização da leitura e escrita.[..] (SOARES p.16,20)

A autora explica que é difícil para a criança representar o som da fala em grafia, e vivenciar esse processo é necessário que o professor entenda como a criança constrói esse conhecimento a aprendizagem, é preciso que os professores tenham alguns conhecimentos necessários como fonológicos lingüísticos e

sociolingüísticos e geralmente a formação dos professores não contempla estes fundamentos.

Dessa forma, é essencial para o professor conhecer as questões relacionadas ao comportamento e o desenvolvimento de uma criança com autismo, como ela reage, como aprende, como funciona a sua memória, como se processa o seu modelo de aprendizagem, quais são as suas características para se planejar uma intervenção metodológica que se aproxime das necessidades que contribua no ensino e aprendizagem. Para a alfabetização desses alunos o professor deve buscar temas significativos e contextualizados, e esse processo envolve uma percepção que abrange resoluções fundamentais na escrita e na leitura. Conseguir alfabetizar um aluno autista tem revelado aos professores um verdadeiro desafio que vai muito além de ensinar a ler e escrever.

É preciso ir além da aquisição do código escrito. Os professores devem orientar o aluno ao exercício das práticas sociais, em um processo de alfabetizar letrando. Sobre alfabetização e letramento Soares (2013), discorre dizendo:

[...] alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos e sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele (SOARES, 2013, p. 90).

Nesse sentido a alfabetização e o letramento são processos próprios distintos e específico com bases cognitivas específica e lingüísticas em que os dois atuam ao mesmo tempo, é importante que os professores trabalhem os dois processos ao mesmo tempo respeitando a especificidade de cada um. Na Alfabetização de pessoas com autismo o professor deve considerar o conhecimento de mundo do aluno, de modo que ele possa chegar ao processo de abstração necessário para a leitura e escrita.

Sobre a relação entre alfabetização e letramento a autora Magda Soares argumenta que:

[...] a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2013, p. 14).

É possível afirmar que os processos de alfabetização e letramento tem fundamental importância na integração efetiva dos alunos com autismo na sociedade, possibilita quebrar as barreiras da deficiência garantido comunicação e expressão social. É importante ressaltar que os processos de alfabetização e letramentos são de extrema importância para que o aluno consiga se familiarizar com a língua escrita e possa apropriar-se da mesma, utilizando-a de modo autônomo e crítico.

Assim, a necessidade de se buscar metodologias adequadas e que envolvam materiais diversificados é de fundamental importância para que de fato a aprendizagem se torne eficaz. Os educadores que conseguiram resultados inovadores na educação apostaram e investiram em novas metodologias para fazer os alunos aprenderem, a exemplo de Maria Montessori, uma importante educadora que aprimorando os processos de ensino criados por Itard e Seguin, desenvolveu um programa de treinamento para crianças deficientes mentais nos internatos de Roma, pois desejava adequar a educação às possibilidades das crianças, e enfatizou a “autoeducação” pelo uso de materiais didáticos que incluíam blocos, encaixes, recortes, objetos coloridos e letras em relevo.

A alfabetização e o letramento devem caminhar lado a lado durante o processo de aprendizagem, durante esse processo o papel dos educadores é essencial, pois eles irão atuar como agentes facilitadores ao incentivar e guiar a criança ao longo de sua vida escolar.

Soares (2013, p.34) define o letramento como “resultado da ação de ensinar a ler e escrever. É o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.” Assim, para que esses processos pedagógicos possam se concretizar é preciso capacitação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico a fim de garantir a alfabetização de todas as crianças, e sua inserção no contexto escolar.

Não é fácil alfabetizar alunos com necessidades especiais são muitos os desafios a serem enfrentados pelos professores, é preciso apoio da gestão escolar e uma boa parceria com a família, pois quando a família e escola estão juntas, as chances de sucesso na aprendizagem dos alunos são muito maiores. Não há como caminhar na aprendizagem das crianças quando os professores se sentem sozinhos e sem recursos para trabalhar em salas de aula.

2.6 Metodologias pedagógicas como processo facilitador para a aquisição da leitura e escrita dos alunos com autismo.

Falar de metodologias pedagógicas como processo facilitador da leitura e escrita de alunos com autismo, de fato é um desafio e está longe de ser um processo simples, visto que engloba uma série de implicações, para se obter bons resultados no processo de ensino e aprendizagem. O professor terá experiências com diversos alunos em sala de aula, até mesmo alunos com necessidades especiais como os autistas. Nesta subseção discutiremos sobre como as metodologias podem contribuir para o processo de leitura e escrita.

Das metodologias e recursos mais utilizados e indicados pelos estudiosos da educação especial e mais precisamente pelos especialistas da área, os modelos de comunicação alternativa aparecem como metodologia facilitadora de ensino. Isso ocorre porque se entende que os autistas são pensadores visuais, e que o trabalho de ensino da língua deve ser iniciado a partir de figuras que ilustrem objetos e de necessidades que partem do próprio cotidiano dos autistas, para que assim consigam compreender os signos lingüísticos.

Moreira (2010) em seu trabalho traz alguns recursos de comunicação alternativa utilizadas em sua prática com alunos autistas. Segundo a autora:

[...] foram utilizados como recursos pedagógicos: livros de literatura infantil, contendo várias ilustrações e frases; números e letras confeccionados em EVA; jornais de propagandas com logotipos; cartão com seu nome; e outros tipos de textos e ilustrações. Aos poucos, e em dias alternados foram apresentados à criança os materiais e atividades; e por meio de observações foram realizados registros de seu comportamento e atitudes diante das solicitações. (MOREIRA, 2010, p.2)

Sendo assim, os Métodos sintéticos que compreende o método alfabético, fônico e silábico têm um papel fundamental no desenvolvimento de tais habilidades, mas na verdade o que vai prevalecer e fará valer à pena este desafio é o professor acreditar no potencial de aprendizagem deste aluno. Sobre o método fônico Azevedo (2011), explica que:

Um vasto conjunto de evidências sublinha a eficácia e sucesso do método (fônico) que privilegia a compreensão das relações entre grafemas e fonemas. Existem também evidências consistentes que mostram que a aprendizagem pelo método fônico conduz a uma melhor compreensão do material lido (AZEVEDO, 2006: 157)

Ao utilizar o método fônico o professor irá apresentar o som das letras, a exemplo das vogais, o nome da letra já é o som que ela emite (a, e, i, o, u). No caso das consoantes, o professor fará um pouco diferente trabalhará não só o nome da letra, mas o som que ela faz. No método global ou ideovisual, pressupõe que a aquisição da leitura e da escrita se dê pela identificação visual da palavra. Apesar de haver outros métodos analíticos, como o de palavração e sentencição, o global ou ideovisual é o mais difundido e partem de unidades como. Palavras, textos, parágrafos, sentenças e frases.

Os educadores também podem trabalhar a necessidade visual do aluno, alguns alunos podem apresentar dificuldades ao domínio da linguagem, mas há também uma percepção visual muito apurada, cabe ao professor selecionar atividades e métodos visuais concretos. Se forem aplicadas instruções muito longas, o ideal é que se faça por meio de estímulos visuais e não verbais alunos com autismo têm dificuldades em sequências verbais.

Estimular as habilidades visuais proporciona tornarem-se bons artistas, seria ideal estimular e trabalhar com assuntos de seu interesse na sala de aula. A questão da leitura e escrita direcionada para crianças com autismo é algo que depende de muito preparo por parte dos profissionais. Assim, estruturação de processos pedagógicos, qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e apoio pedagógico específico, se fazem necessários a fim de garantir a alfabetização de todas as crianças. Compreender sobre o Autismo e sua inserção no contexto escolar, é imprescindível para os professores, pois o ajudará a conhecer suas potencialidades e poderá proporcionar um conhecimento de extrema importância não só para os professores, mas a todos.

O recurso lúdico, como a literatura infantil, pode contribuir para aumentar o repertório comportamental da criança. É de fundamental importância que o brincar seja utilizado pelo educador, o mesmo precisa planejar e criar situações que favoreçam os trabalhos de estimulação da criança. É por meio das brincadeiras, ação comum na infância, que o aluno com autismo terá oportunidade de se conhecer e constituir-se socialmente. A leitura pode ser algo atrativo ao estudante, mais para que isso aconteça é preciso deixar de lado as práticas mecânicas utilizadas como rotina no espaço escolar. Mesmo diante de tantos desafios é necessário que o professor busque alternativas que possam contribuir para uma boa alfabetização desses alunos e um bom planejamento poderá trazer resultados

surpreendentes. É fundamental que o professor pesquise e entenda sobre as metodologias mais adequadas para se trabalhar com os alunos. Pois, dessa forma, será possível fazer as escolhas apropriadas para cada aluno.

2.7 Recursos didáticos específicos para alfabetizar crianças com autismo.

O aprendizado compreende uma atividade complexa que exige do ser humano, diversos procedimentos e habilidades para que haja desenvolvimento. Os recursos didáticos têm por objetivo principal facilitar a assimilação dos conteúdos através de aulas, que sejam, mas dinâmicas e atraentes, sendo de suma importância para os alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) que apresentam características que demandam o desenvolvimento de estratégias específicas e a utilização de recursos que favoreçam seu processo de ensino-aprendizagem.

Com o uso de recursos didáticos diferenciados, o aluno passa a ser o protagonista da sua aprendizagem e não um mero receptor passivo são vários os métodos educacionais que os professores podem trabalhar com os alunos, como por exemplo, de escrever à mão formando as letras, pode ser um método bastante eficaz, pois envolve e exercita a mente do aluno ajudando-o a ter atenção a linguagem e escrita. Essa prática é fundamental para o desenvolvimento do aluno autista, pois, além de acionar partes motoras do cérebro, também estimula a região do órgão onde o visual e a linguagem se une.

Método TEACCH: consiste no tratamento e educação para crianças autistas e com distúrbios correlatos da comunicação. O método foi desenvolvido pela Divisão TEACCH da Universidade da Carolina do Norte (EUA), é muito utilizado em várias partes do mundo. Esse modelo tem como foco o ensino de capacidades de comunicação, organização e relacionamento social. A organização tanto do ambiente como da rotina ajuda a manter as atividades previsíveis, evitando alterações comportamentais que dificultam a aprendizagem das crianças. Neste método também são utilizados materiais com base no método Montessori como quebra-cabeças, letras em madeira ou lixa, diferentes alfabetos para compor palavras.

Método Montessori: foi criado por Maria Montessori, e planejado para atender crianças especiais na Itália. Este método tem como suporte uma série de materiais didáticos, organizados em 5 grupos: material de exercícios para a vida cotidiana, material sensorial, de linguagem, de matemática e de ciências. Fazem parte destes materiais: quebra-cabeças, letras em madeira ou lixa, diferentes alfabetos para compor palavras, formas variadas, barras de contagem. Outra característica deste método é utilizar materiais coloridos e de diferentes texturas, além de ser trabalhado em grupos pequenos de crianças. Sobre o método Montessori Silva e Araujo explicita dizendo:

“Montessori construiu ferramentas que possibilitassem de maneira mais sistemática, a ‘experimentação’ por parte dos mesmos, e com isso deixou para a Educação uma série de materiais didáticos”. Seu objetivo ao desenvolver esses métodos foi favorecer o desenvolvimento cognitivo de seus pacientes e posteriormente os utilizou no ensino-aprendizagem de todas as crianças, visto que ela acreditava que a única coisa que as diferenciava era o desenvolvimento cognitivo em estágios diferentes.(SILVA; ARAÚJO, 2011, p. 3)

Método ABA Análise Aplicada do Comportamento. O tratamento comportamental analítico do autismo visa ensinar à criança habilidades que ela não possui, através da introdução destas habilidades por etapas. Outro recurso também defendido para o trabalho com autista é o computador, tablet, celular considera-se como recurso facilitador no processo de alfabetização, pois além de possuir recursos próprios como animações e som também auxiliam crianças com dificuldade de coordenação motora.

Sobre os recursos que facilitam a alfabetização Orrú (2012), diz o seguinte:

Todo o tipo de comunicação suplementar ou de suporte, especialmente baseada em símbolos gráficos e em tecnologia de apoio (nomeadamente o computador e as interfaces específicas) de suporte ao processo de comunicação, permitindo à pessoa que se encontra nessa situação exceder os limites de parte de suas incapacidades, conforme o quadro e ritmo de cada um. (ORRÚ, 2012, p.65)

O PECS - Sistema de comunicação por troca de figuras, este sistema foi desenvolvido para auxiliar crianças e adultos autistas e outros distúrbios de desenvolvimento a adquirir habilidades de comunicação é o método de comunicação mais utilizado com autistas, desde os primeiros anos de idade os materiais que se utiliza neste método são mais simples e baratos, por isso ele tem sido aceito em

vários lugares, é muito popular o seu uso em escola quando bem aplicado, o PECS apresenta avanços na comunicação através de cartões em crianças que não falam, e também na organização da linguagem verbal das crianças que falam. O recurso lúdico, como a literatura infantil, pode contribuir para aumentar o repertório comportamental da criança. É de fundamental importância que o brincar seja utilizado pelo educador, o mesmo precisa planejar e criar situações que favoreçam os trabalhos de estimulação da criança.

É por meio das brincadeiras, ação comum na infância, que o aluno com autismo terá oportunidade de se conhecer e constituir-se socialmente. A leitura pode ser algo atrativo ao estudante, mais para que isso aconteça é preciso deixar de lado as práticas mecânicas utilizadas como rotina no espaço escolar.

A alfabetização é um período de desafios e descobertas para alunos e educadores, o aluno passa a ter contato com o novo e para os professores o desafio está estabelecer estratégias que facilitem o aluno a ler e escrever. Isso tudo pode ser resolvido quando os profissionais planejam as atividades para esses alunos por meio de um plano, os educadores conseguem estabelecer métodos e técnicas que trazem ótimos resultados para o desenvolvimento dos alunos. De acordo com Chiote (2013):

que nos questiona a verificar de que maneira a criança com Autismo é compreendida no espaço escolar, visto que vem acompanhada de atitudes e comportamentos imprevisíveis, levando o professor a reconhecer que as estratégias convencionais para estabelecer contato não funcionam, e que estão diante de um desafio para articular seu programa de ensino, de modo a envolver seu aluno com autismo que tem peculiaridades. (CHIOTE, 2013, p.30)

É importante ressaltar que ter um planejamento para trabalhar com esses alunos consiste na utilização de aspectos indispensáveis, como o diálogo, a contação de histórias, além de outros objetivos lúdicos utilizar esses recursos possibilita os educadores ter condições de estimular os alunos através de fantoches. Essas brincadeiras são responsáveis por incutir nos alunos o papel desempenhado pelos personagens, instigando a imaginação de todos eles. O professor deve usar bastante ludismo, no dia a dia do aluno em sala de aula. Outro recurso bastante proveitoso é a utilização das macinhas para modelar o professor pode sugerir aos alunos que coloquem em prática os personagens da forma que eles conseguem produzir, esse exercício estimula a coordenação motora.

3 METODOLOGIA

3.1 Métodos de pesquisa

Para desenvolver este trabalho e com o intuito de atingir o objetivo pretendido utilizou-se dos seguintes métodos: Quanto a forma de abordagem a referida pesquisa é uma investigação de cunho qualitativa, que segundo Souza et.al (2013, p. 15) “usa a subjetividade que não pode ser traduzida em números. É mais descritiva”, ou seja, não objetivando quantificar ações ou a repetição de padrões, mas analisar como atua os professores de língua portuguesa na alfabetização de alunos com autismo.

Para que a pesquisa seja completa na sua elaboração e análise, foram utilizadas pesquisas bibliográficas. Segundo Gil (2002, p 213), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. E boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. [...]. Quanto à coleta de dados foram obtidos por meio de observação em sala de aula, conversas com professores e aplicação de questionário.

3.2 Local da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada na escola Municipal Orlando Mota, a qual oferta ensino do 1º ao 5º ano e atendimento a alunos com necessidades especiais na sala multifuncional, situada na Av. Professor Raimundo Nonato Ferraz, s/n- bairro da Aviação na cidade de Itapecuru Mirim, recebeu este nome em homenagem ao farmacêutico e vereador Orlando Mota, quem com suas ações contribui muito para o desenvolvimento deste município. A referida escola foi fundada em 1986 na administração do prefeito José Carlos Gomes Rodrigues (já falecido), e até os dias atuais ocorreu várias reformas estruturais, seu prédio é próprio.

A referida escola atende nos turnos, matutino e vespertino de 1º ao 5º ano. A grande parte dos alunos é proveniente do próprio bairro, outra parte é

formada por alunos de bairros próximos e uma minoria da zona rural. Por isso, a escola tem como clientela de classe social baixa, sendo a maioria de pais desempregados, separados ou criados pelos avós. Muitos destes sobrevivem com uma renda de um salário ou dos programas sociais nos quais os filhos são cadastrados. A escola possui um PPP e organiza-se com os planejamentos, os quais são realizados mensalmente e para a sala multifuncional são realizados semanalmente.

Atualmente conta as seguintes dependências: 6 salas de aulas amplas que são pouco arejadas, 01 salas de professores, 3 banheiros todos adaptados, 01 cantinas, 01 depósito de merenda, 01 sala de informática, 01 sala multifuncional (AEE), 01 secretárias, e um pequeno pátio no qual se realizam alguns eventos. A escola adota uma gestão democrática, como um bom relacionamento entre os discentes e docentes, e com os outros membros da escola. A instituição escolar trabalha em comum acordo com a Secretaria Municipal de Educação, mantendo boa relação, já que são órgãos intimamente interligados. A escola está sempre aberta para a comunidade sobre tudo, inserindo a comunidade nos eventos da escola. A maior parte do quadro funcional da escola (pedagógico) é composto por professores graduados e especializados. É válido ressaltar que a mesma foi a primeira escola da cidade a ser contemplada com a sala multifuncional e funcionava como polo, atendendo os alunos da proximidade o que acontece até hoje, isto ocorreu na gestão do ex-prefeito Antônio da Figueira Júnior, mas conhecido como Júnior Marreca que começou a implantar a educação inclusiva no município de Itapecuru Mirim.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Esta seção traz consigo as análises e discussões dessa pesquisa, as quais foram embasadas nas observações e respostas das professoras frente aos desafios da alfabetização e letramento de alunos com autismo na escola Orlando Mota, como também faz referências as metodologias e recursos utilizados para a prática desses processos. As informações coletadas durante a observação na escola pesquisada foram de grande valia, pois possibilitou conhecer na prática os desafios e dificuldades dos professores para alfabetizar e letrar alunos com autismo.

Sobre Alfabetização Silva (2012) corrobora dizendo:

A fase de alfabetização é um dos mais desafiantes períodos da vida das crianças com autismo. Algumas delas apresentam hiperlexia e aprendem a ler sozinhas, antes da fase de alfabetização. Mas a maioria vai precisar de auxílio psicopedagógico nessa fase.(SILVA, 2012 p.59).

Observou-se que a escola Orlando Mota apresenta algumas adaptações em sua estrutura física para o acesso de alunos com necessidades especiais, a escola possui rampa na entrada, banheiros adaptados, sala multifuncional para atendimentos dos alunos e uma sala de informática que no momento está sem os computadores.

Sobre a estrutura física da escola na concepção das professoras a escola não está preparada para receber alunos com necessidades especiais. a escola recebe os alunos mas não possui estrutura física e nem material pedagógico disponível, e falta formação pedagógica na área.

No que se refere à formação das professoras participantes da pesquisa duas possui formação em pedagogia e uma formação em magistério série iniciais e ensino fundamental, especialização e graduação em supervisão gestão e planejamento educacional, a professora da sala multifuncional possui formação em pedagogia, capacitação em AEE, Libras e Braille.

Ao iniciar as anotações primeiramente observamos a atuação das professoras em sala de aula com os alunos. Durante a prática em sala de aula as professoras relataram ter poucas estratégias e habilidades para lidar com os alunos com autismo, sentem dificuldades para alfabetizá-lo o que se torna um verdadeiro desafio, o aluno não consegue concentrar-se. Sobre dificuldade de concentração Silva (2012) nos diz o seguinte:

Ao se dirigir à criança com autismo, o professor deve se colocar à sua altura para estabelecer contato visual (olhos nos olhos). "Assim, ele pode "despertá-la" e trazê-la de volta às explicações, aumentando as chances de que ela acate suas orientações." [...](SILVA, 2012, pg.58).

Perguntou-se as professoras a que elas atribuem essas dificuldades as mesmas responderam a formação, insuficiente nas áreas especiais, por não contemplar todas as informações necessárias. Relatam que a falta de recursos também dificulta realizar os trabalhos com os alunos visto que os materiais que possuem para trabalhar são fabricados por elas mesmas, e que se a escola tivesse os materiais precisos para se trabalhar com esses alunos, os resultados seriam sem dúvida bastante eficaz no desenvolvimento, uma das professoras relata não ter formação na área da educação especial tendo conhecimento da síndrome autismo durante a prática em sala de aula e precisou buscar informações sobre o assunto para poder trabalhar com os alunos.

Para as professoras a superlotação das salas dificulta dá atenção a todos os alunos, algumas das salas somam 29 alunos e já houve períodos em que havia 5 alunos com necessidades especiais em sala. Ao se referir as dificuldades dos alunos em realizar as atividades relatam que a sala multifuncional como apoio ajuda, pois os alunos demonstram mais atenção e facilita desenvolver os trabalhos já que os recursos disponíveis em sala de aula são insuficientes para se trabalhar com estes alunos especiais.

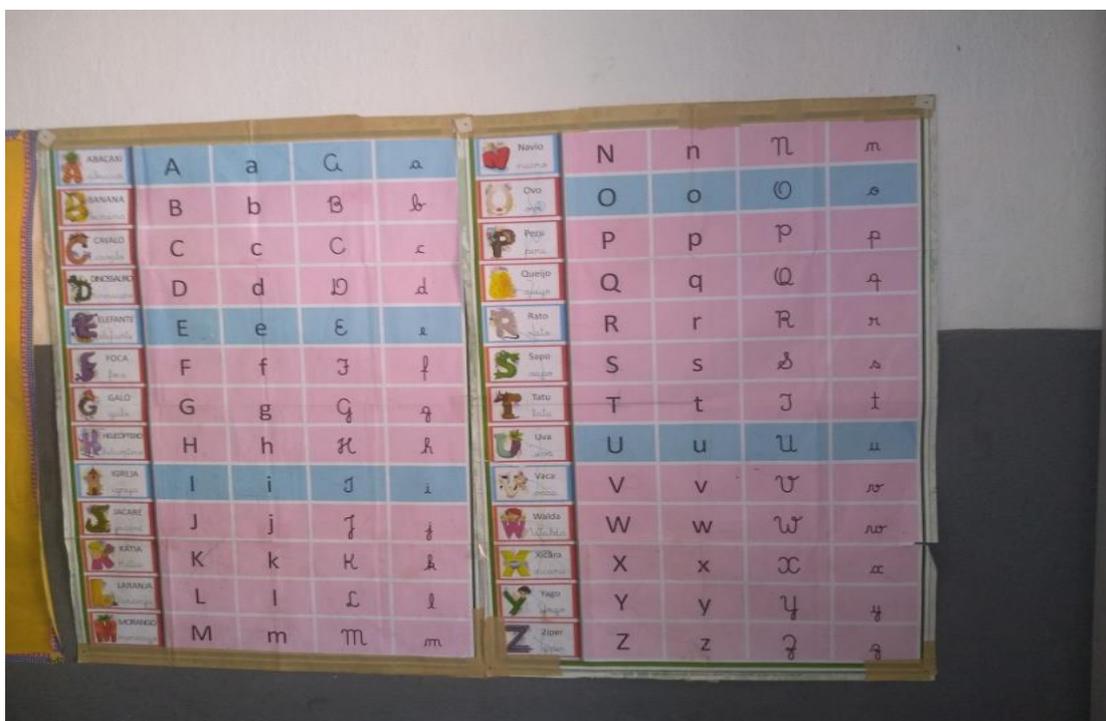
Na visão das professoras participantes a escola necessita de estrutura adequada, recursos materiais disponíveis e investimento em formação continuada para os professores. Das metodologias e os recursos utilizados para alfabetizar e letrar os alunos, as professoras relatam que as metodologias utilizadas por elas são: O alfabeto, o calendário numérico, prática de leitura com material visual (imagens), palavras para formarem as sílabas, livro didático, cartazes, jogos, quadro branco essas metodologias facilitam a aprendizagem desses alunos, como pode-se observar pelas imagens a seguir:

Figura1 Calendário



Fonte: Ferreira, Ana Lucia Azevedo, 2019.

Figura 2 Alfabeto, vogais e consoante



Fonte: Ferreira, Ana Lucia Azevedo, 2019.

Figura 3 Atividade na sala multifuncional



Fonte: Ferreira, Ana Lucia Azevedo, 2019.

Figura 4 Sala multifuncional



Fonte: Ferreira, Ana Lucia Azevedo, 2019.

Na concepção das professoras as metodologias utilizadas facilitam a aprendizagem, porém é preciso inovar e

planejar estratégias diversificadas, pois dessa forma os alunos podem ser mais estimulados e motivados a desenvolverem a leitura e escrita, na visão delas ainda faltam muitos recursos pedagógicos para se trabalhar com esses alunos. Sobre como estimular os alunos a desenvolverem suas potencialidades as mesmas responderam que são por meio de brincadeiras, interação social, jogos educativos, recursos visuais, favorecendo o desenvolvimento da linguagem.

Dessa forma, constatou-se nas análises e na visão das professoras que a escola Orlando Mota ainda necessita de muitas adaptações necessárias para um bom funcionamento e para que ofereça segurança e comodidade aos alunos que possuem necessidades especiais, tendo em vista que a escola não possui em sua estrutura física todas as características necessárias para atender educandos das diversas necessidades especiais educacionais e para que os alunos se sintam acolhidos.

Percebe-se que as práticas utilizadas para alfabetizar os alunos precisam ser redefinidas, pois o aluno deverá ser o centro, o professor precisa entender esses alunos, buscar o máximo de informações possíveis, entender e compreender a família, pois dessa forma ganhará confiança e realizará um trabalho que trará bons resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver essa temática alfabetização e letramento de alunos com autismo é necessária e de extrema importância, visto que a cada dia aumenta o número de alunos com autismo nas escolas, é preciso buscar informações sobre a educação de alunos com necessidades especiais, já que a formação não contempla todas as informações necessárias, são poucos os professores que possui formação para trabalhar com estes alunos é preciso se adaptar e entender este novo público.

Sendo assim, conclui-se que ao longo das reflexões realizadas por meio desta pesquisa, constatou-se que não há uma formula pronta para alfabetizar uma criança com autismo. Cabe ao professor analisar quais as necessidades desse aluno a fim de se estabelecer um planejamento que atenda às suas necessidades. Vale ressaltar que a formação dos professores contribui de forma significativa para que o trabalho de alfabetização se torne eficaz, visto que o papel do professor nesses processos é imprescindível. Assim, sugere-se que os professores busquem capacitação constante e recebam formação específica para alfabetizar esses alunos.

A escola deve buscar parceria e investir em formação continuada para que os professores possam capacitar-se e saber lidar com esse desafio. É importante destacar que o professor não é o único atuante nesse cenário, deve-se considerar todos aqueles que lidam diretamente com os alunos, incluindo todo o grupo escolar inclusive a família.

Existem muitas possibilidades de os alunos autistas serem alfabetizados. A principal é acreditar que eles têm potencial para aprender, e esse processo de aprendizagem vai depender muito do professor, de romper padrão, sair da zona de conforto. Foi possível perceber que ainda temos muito que pesquisar e entender nosso aluno autista. É preciso entender que esses alunos enxergam o mundo de uma forma diferente, mas vive no nosso próprio mundo.

É fundamental que as mães e os pais dos alunos autistas sejam ouvidos e respeitados. Nas escolas, cabe aos professores o exercício da sensibilidade e do acolhimento.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. (org.) . **Língua Materna e Literatura Infantil** – Elementos Nucleares para Professores do Ensino Básico. Lisboa: Lidel 2006. Disponível no site [https://www.periodicos.cientificos.ufmt.br/capa.v.26/nº63\(2017\)](https://www.periodicos.cientificos.ufmt.br/capa.v.26/nº63(2017)) acesso em 10/04/19 às 21:14min.

BATALHA, D. V. **Um breve passeio pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., Curitiba, 2009. Anais..., Curitiba: PUCPR, 2009.

BARRETA, Emanuele Moura; CANAN, Silvia Regina. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos legais**. IX ANPED sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNB/CEB nº 2, 11 de setembro de 2001. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CNB 2/2001. Diário Oficial da União. Brasília, 14 de setembro de 2001.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

KLEIMAN, Angela B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola**. In: KLEIMAN, Angela B. (Org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado das Letras, 2008. 294 p.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN. M.T.E..Org.**O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

MENDES, E. G. **Histórico do movimento pela inclusão escolar**. In: MENDES, E. G. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010c, p. 11-27.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. Colaboração: VATAVUK, Marialice de Castro (coord.) 6ª. Ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. 3. ed. – Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SILVA, Eliane Maria da. **Modelos de intervenção para indivíduos com transtorno do espectro do autismo** (TEA). São Paulo, 2014.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa GAIATO Mayra Bonifacio, REVELES, Leandro Thadeu **Mundo Singular** entenda o autismo Fontanar 2012.

SOUZA, Dalva Inês de et al. Manual de orientações para projetos de pesquisa. NovoHamburgo:Feslsvc,2013.55p.Disponívelhttp://www.scielo.br/pdf/gp/v17n2/a1517n2.pdf. Consulta: em: 15/05/18

SOUZA, A. L. L. de. **Qualidade do ensino público e democratização da gestão escolar: pressupostos, implicações e perspectivas**. In: SOUZA JUNIOR, L. de; FRANÇA, M. S. B. de. (Orgs.). Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade de ensino. Brasília: Líber Livro, 2011. p. 278-291. Disponível em [https//repositorio.ufm.br](https://repositorio.ufm.br) acesso em:25/05/19 às 11:15min

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

APÊNDICE